

Sarney diz ter apoio militar

E garante que Forças Armadas estão unidas pelo Governo

FOTOS: ARQUIVO

As Forças Armadas est-ao monolíticas, apolando o governo e defendendo as instituições democráticas. A opinião é do presidente José Sarney, transmitida ontem, no café da manhã, no Palácio da Alvorada, ao deputado mineiro Milton Reis, secretário-geral do PMDB.

Tranquillo, o Presidente, durante quase uma hora de conversa, desmentindo rumores de que poderia renunciar ao cargo, foi categórico: "A palavra renúncia não existe no meu dicionário. Nem suicídio. Conheço meu dever e vou cumpri-lo até o último dia. Os meus adversários tomem nota da minha disposição.

O presidente Sarney comentou com Milton Reis que muitos de seus adversários e desafetos consideram-no um homem indeciso, vacilante, "mas estão enganados". Disse ele que está determinado a levar sua missão ao final, garantindo a transição democrática. Assegurou que está agindo "com paciência, mas com determinação" e que nada e ninguém o desviará de seu compromisso com o País.

Na opinião de Sarney, as eleições presidenciais não devem ser realizadas neste ano. Quando defendeu mandato de cinco anos, agiu por in-

teresse público, pensando na transição, na complementação do trabalho da Constituinte, após a promulgação da nova Carta. Com a concordância do parlamentar mineiro, Sarney lembrou, outra vez, que boa parte da Constituição não será auto-aplicável. Haverá necessidade de preparar leis complementares e leis ordinárias e, pelas assembleias legislativas, a adaptação de cada carta estadual à federal.

O Presidente mostrou a Milton Reis, que lhe deu razão, que a campanha sucessória desencadeada neste ano provocaria um vazio, impedindo a aprovação da legislação complementar e ordinária ao novo texto, além de impedir os trabalhos das assembleias estaduais.

O secretário-geral do PMDB indagou se o Presidente da República aceitaria o sistema parlamentarista e recebeu resposta negativa: "O Brasil, tradicionalmente, é presidencialista. As nossas Forças Armadas também". Acredita que a Constituinte aprovará o presidencialismo e mandato de cinco anos a todos os presidentes.

Sarney fez questão de esclarecer que a Justiça Eleitoral teria condições de preparar o pleito presidencial, se marcado para este ano.

Planalto condena pressa

DILZE TEIXEIRA
Da Editoria de Política

"Colocar os carros na frente dos bois". E assim que o Palácio do Planalto avalia a posição assumida nos últimos dias pelo presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, de candidato à sucessão presidencial. "Não tem sentido deflagrar hoje o processo sucessório sem que a transição esteja concluída", justifica um importante assessor do presidente José Sarney, que acrescenta: "Da mesma forma não teria sentido eleições já, sem que nova Carta estivesse homologada".

De acordo com este assessor, o Governo não vê com bons olhos, e até rejeita, as campanhas dos candidatos à Presidência por considerá-las "prematuras" e "inoportunas", na medida em que desestabilizam o quadro político e interferem nos trabalhos da Constituinte, é a justificativa apresentada. Nos últimos dias, o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, tem dedicado boa parte das conversas com os políticos tentando explicar a reação negativa do Governo diante das candidaturas. Mas não há, de fato, nenhuma estratégia ou plano no sentido de tentar inibir os lançamentos dos candidatos,

"até mesmo porque isto não seria possível", observou a fonte.

O presidente José Sarney, em diversas conversas reservadas com seus assessores e políticos mais próximos, tem dito que o processo sucessório somente deveria ser desencadeado após a conclusão do que ele considera "a maior obra" do seu Governo: a Constituição. Obra que o presidente acredita que o ajudará a entrar para a história. E é por isto — continuou o assessor — que Sarney não quer que nada se interponha entre a Constituinte, a fim de que ela seja concluída o mais rápido possível, refletindo a aspiração de uma sociedade democrática e moderna.

Pela ótica palaciana, seria extemporâneo o lançamento de candidaturas a esta altura dos acontecimentos, quando não está definida ainda sequer a duração do mandato do atual Presidente, nem o futuro sistema de governo. Quanto a esses dois temas, os auxiliares do Presidente não se arriscam a fazer prognóstico: "Tudo pode acontecer, dependendo do contexto. Da negociação da dívida, em curso, do anúncio de medidas pelo Governo, e, principalmente, da postura a ser assumida, na reta final pelos 559 constituintes", considerou o assessor.

PDS boicota as viagens

A bancada do PDS na Câmara vai obstruir nos próximos dias a votação da mensagem do presidente Sarney, solicitando autorização para se ausentar do País — Angola, Índia, China, Bolívia e União Soviética. Foi o que disse o líder do partido, deputado Amaral Netto (RJ). "Esse novo carnê de viagens é inconstitucional. Na primeira vez, o PDS votou contra. Vamos obstruir outra vez".

Há informações, porém, de que o Presidente da República teria assumido compromisso com o presidente da Assembleia Constituinte, Ulysses Guimarães, de só ausentar-se do

Brasil depois da promulgação da nova constituição. A atual autorização, votada no ano passado, terminará neste mês.

O relator da mensagem, deputado Oscar Corrêa Júnior, (PFL-MG), já elaborou parecer favorável e preparou o respectivo decreto legislativo autorizando o presidente Sarney a ausentar-se do País, no período compreendido entre 1º de março deste ano a 28 de fevereiro de 1989 — desobrigando o Presidente a fazer solicitação ao Congresso a cada viagem, "o que seria de acordo com o texto constitucional", na opinião de Amaral Netto.